

PROJETO DE LEI Nº 027/2018 de 14 de Novembro de 2018

“Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Reduto, Realizar Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para o Exercício de 2019 e Dá Outras Providências”

A Câmara Municipal de Reduto, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, **José Carlos Lopes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Reduto, autorizado a realizar a contratação de pessoal, a título precário e por tempo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público no Município, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição da República.

Parágrafo Único. A contratação a que se refere este artigo, decorre da necessidade de manter em atividades os serviços de saneamento básico e de tratamento de água junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Reduto.

Art. 2º A referida autorização é para preenchimento dos seguintes cargos:

Item	Quant.	Descrição do Cargo	Valor
01	09	Auxiliar de Serviços Gerais	954,00
02	01	Auxiliar Administrativo	954,00

Parágrafo Único. A referida contratação e remuneração dos cargos supramencionados, está de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 07, de 22 de maio de 2013 não podendo os vencimentos serem inferiores a **RS 954,00** (novecentos e cinquenta e quatro reais), podendo ser adequados a qualquer tempo ao piso salarial mínimo fixado pelo Poder Executivo Municipal ou pelo Poder Executivo Federal que vier a entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.



Art. 3º A contratação objeto desta lei, revestir-se-á de ato formal, regido pelo Direito Administrativo e observará, quanto à sua duração, sendo o prazo máximo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º Somente poderão ser contratados, nos termos desta Lei os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - Ter completado 18 (dezoito) anos de idade;

III - Estar em pleno gozo dos seus direitos;

IV - Estar quites com as obrigações militares, se do sexo masculino;

V - Ter boa conduta;

VI - Apresentar atestado médico comprovando estar em gozo de boa saúde física e mental;

VII - Certificado de Conclusão do Curso para as respectivas funções, caso exigido;

Art. 5º O contratado, a que se refere a presente Lei, estão sujeitos aos mesmos deveres, proibições e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos nos termos da Constituição Federal.

Art. 6º Ocorrerá a rescisão contratual:

I - Término do prazo contratual;

II - A pedido do contratado, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;

III - Pela conveniência da Administração Municipal, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;

IV - Quando o contratado ocorrer falta disciplinar

V - Na hipótese de insuficiência de desempenho evidenciado por avaliação específica;

V - Descumprimento de cláusulas contratuais, falta grave ou falta já punida com advertência e suspensão disciplinar, de acordo com o Estatuto dos servidores Públicos Municipais;

Art.7º Os requisitos básicos de contratação, a jornada de trabalho e o descanso remunerado, serão de acordo com as Leis Municipais e subsequentes alterações.

Art. 8º O tempo de serviço prestado em virtude da contratação de que se trata esta Lei será contado para os devidos fins de direito.




Parágrafo Único. O regime Previdenciário será o do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, nos termos dos artigos 39 e 40 da Constituição Federal, c/c a Lei Complementar Municipal 03/2009.

Art.9º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da SAAE de Reduto, conforme constar em seu orçamento.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Reduto, 14 de novembro de 2018.


Jose Carlos Lopes
Prefeito de Reduto